



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Geral de Administração (SGADM)

Elaborado por:

Departamento de Gestão Acervos Arquivísticos (DEGEA)
Divisão de Gestão de Documentos (DIGED)
Serviço de Gestão de Instrumentos Arquivísticos e Apoio às
Unidades Organizacionais (SEGIA)

Revisado por:

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
(DECCO)
Divisão de Organização de Acervos de Conhecimento (DICAC)
Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento (SEESC)

Atualizado em 07/07/2023

ATOS FORMAIS DE GESTÃO

2023

2023	
<u>Ato Executivo nº 128/2023</u>	Altera o Ato Executivo nº 152/2021, que instituiu o Grupo de Trabalho para implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável no TJRJ (GT-RDC-Arq).
<u>Provimento CGJ nº 36/2023</u>	Alteração das disposições previstas no Código de Normas da CGJ que tratam do “arquivamento provisório”. Abordam as possibilidades do arquivamento com baixa, arquivamento sem baixa e da transformação do arquivamento provisório em arquivamento sem baixa.
<u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n. 05/2023</u>	Resolvem que constituem a base fundamental dos critérios de coleta de dados estatísticos as Tabelas Processuais Unificadas (TPU) - Art. 2º. É indispensável a fiscalização pelo magistrado da correta classificação por classes, assuntos e demais informações mencionadas no art. 1º, sobre os processos e procedimentos judiciais, independentemente do usuário que realizou o cadastramento original do feito - advogados, delegacias, entre outros - podendo sofrer correções, aditamentos e modificações, a qualquer tempo, conforme sejam cabíveis.

2022

<u>Resolução TJ/OE n. 08/2022</u>	Aprova a revisão do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PROGED/PJERJ, em consonância com as normativas da Resolução CNJ nº 324/2020.
<u>Aviso TJ n. 124/2022</u>	Avisa que os Autos Físicos Digitalizados – AFD, resultantes da digitalização dos autos de processos judiciais, devem ser encaminhados ao DEGEA, para fins de arquivamento, devidamente acondicionadas em caixas padronizadas, com as respectivas capas contendo o número de distribuição e com as folhas que os compõem costuradas ou presas com “bailarinas”.

2021

<u>Ato Executivo nº 152/2021</u>	Institui o Grupo de Trabalho para implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável no TJRJ (GT-RDC-Arq).
<u>Aviso TJ n. 02/2021</u>	No período compreendido entre os dias 7 e 23 de janeiro de 2021 o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Diretoria Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento - DGCOM/DEGEA somente irá proceder aos pedidos de desarquivamento de processos e documentos em caráter de urgência, que deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico degea.centralatendimento@tjrj.jus.br .
<u>Aviso TJ n. 06/2021</u>	A empresa ARQUIVIZA foi contratada pelo Tribunal de Justiça de Estado do Rio de Janeiro - Termo nº 003/042/2021 - para prestação de atividades operacionais de arquivamento, desarquivamento e descarte do acervo arquivístico, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Resolução TJ/OE n. 03/2021</u>	Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

<p><u>Aviso TJ n. 68/2021</u></p>	<p>A partir de 01/07/2021, a remessa de caixas-arquivo contendo documentos e processos ao DEGEA para fins de arquivamento deverá ser feita obrigatoriamente por meio do Sistema de Controle de Malotes SISCOMA.</p>
<p><u>Aviso CGJ n. 819/2021</u></p>	<p>Avisa a obrigatoriedade de se aplicar a modalidade “restrito” nos documentos e/ou nos processos administrativos SEI que contenham informações relacionadas à pessoa identificada ou identificável, nos termos do art. 5º da Lei nº 13.709/2018.</p>

2020

<p><u>Ato Normativo TJ n. 19/2020</u></p>	<p>Instituir e implantar o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI, a partir do dia 27 de julho de 2020 e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.</p>
<p><u>Aviso Conjunto TJ/CGJ n. 16/2020</u></p>	<p>Avisa aos Senhores Magistrados, chefes de serventia e demais servidores que atuam na distribuição e autuação de processos judiciais sobre a complementação, neste período de pandemia, da classificação dos processos com o assunto COVID – 19.</p>
<p><u>Ato Normativo TJ n. 24/2020</u></p>	<p>Institui o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP) responsável pela avaliação dos mecanismos de tratamento e proteção dos dados existentes e pela proposição de ações voltadas a seu aperfeiçoamento, com vistas ao cumprimento das disposições da Lei n.º 13.709/2018.</p>
<p><u>Ato Normativo TJ n. 27/2020</u></p>	<p>Estabelece as normas para Gestão de Acesso a Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Dispõe sobre a gestão de acesso físico as instalações do PJERJ; identificação dos usuários – senhas, inativação, reativação, concessão de acessos; acesso à internet, a Banco de Dados, ao Correio eletrônico; segurança de acesso a recursos de TIC.</p>

2018

<u>Ato Normativo TJ n. 01/2018</u>	Proceder a eliminação dos livros contábeis e papéis referentes às empresas em regime de Falência ou Liquidação Judicial (massa falida) que estejam arquivados no DEGEA há mais de 10 anos.
<u>Convênio TJ/Entidades SN12/2018</u>	Convênio de cooperação técnica e científica visando a digitalização de autos de processos judiciais permanentes armazenados no Arquivo Central do TJERJ entre a Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e o Tribunal de Justiça.
<u>Aviso TJ n. 25/2018</u>	Necessidade de dar tratamento aos processos distribuídos até 2013, que se encontram arquivados provisoriamente, para fins de cumprimento da Meta 2 do CNJ.
<u>Ato Executivo TJ n. 108/2018</u>	Institui Grupo de Trabalho da Política de Segurança da Informação (GT-POSIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e designa seus membros.

2017

<u>Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ n. 29/2017</u>	Esclarece que os processos cadastrados com a classe petição (código 241) devem ser corretamente reclassificados, de acordo com a tabela processual unificada de classes do CNJ.
<u>Ato Executivo TJ n. 270/2017</u>	Institui Grupo de Trabalho para a Pesquisa da Proveniência do Acervo Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), e designa seus membros.
<u>Resolução TJ/OE n. 01/2017</u>	Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

2016

<u>Aviso Conjunto TJ/CGJ n. 21/2016</u>	Torna sem efeito o Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2015 sobre a transferência dos livros extrajudiciais anteriores a 1915 para o Arquivo Central do TJRJ.
---	---

<p><u>Resolução TJ/OE n. 15/2016</u></p>	<p>Altera anexos da Resolução TJ/OE nº 17/2014 – extingue o Serviço de Arquivo de Rio Bonito (DGCOM/SEARB) e o Serviço de Apoio às Unidades Organizacionais (DGCOM/SEAPO).</p>
--	--

2015

<p><u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n. 01/2015</u></p>	<p>Atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD).</p>
<p><u>Aviso Conjunto CGJ n. 13/2015</u></p>	<p>Arquivamento especial dos processos judiciais sem andamento há mais de 5 (cinco) anos.</p>
<p><u>Aviso Conjunto TJ/CGJ n. 17/2015</u></p>	<p>Serviços Extrajudiciais deverão transferir para o Arquivo Central do TJRJ os livros extrajudiciais anteriores a 1915.</p>

2014

<p><u>Ato Normativo TJ n. 04/2014</u></p>	<p>Descarte dos apensos de autos de processos judiciais constantes em editais de eliminação publicados.</p>
<p><u>Ato Normativo TJ n. 05/2014</u></p>	<p>Arquivamento de documentos administrativos no DEGEA (permissão somente para os de guarda permanente)</p>
<p><u>Ato Normativo Conjunto n. 07/2014</u></p>	<p>Cobrança para o desarquivamento de processo eletrônico.</p>
<p><u>Aviso CGJ n. 1042/2014</u></p>	<p>Arquivamento de processos antigos com apenso de restauração de autos ou agravo de instrumento.</p>
<p><u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n. 09/2014</u></p>	<p>Eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Cíveis.</p>
<p><u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ n. 12/2014</u></p>	<p>Digitalização de processos - Autos Físicos Digitalizados (AFDs)</p>
<p><u>Ato Normativo TJ n. 15/2014</u></p>	<p>Classificação dos autos de processos administrativos de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD).</p>
<p><u>Ato Normativo TJ n.</u></p>	<p>Entrega física dos autos de processos administrativos da</p>

<u>16/2014</u>	área de pessoal às partes interessadas
<u>Ato Normativo TJ n. 18/2014</u>	Eliminação de processos administrativos armazenados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos DEGEA.
<u>Resolução TJ/OE n. 17/2014</u>	Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Resolução TJ/OE n. 34/2014</u>	Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PROGED

2012

<u>Ato Normativo TJ n. 14/2012</u>	Desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente sem baixa, cadastrados como processo antigo.
<u>Aviso TJ n. 19/2012</u>	Alteração do desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente sem baixa, cadastrados como processo antigo.
<u>Ato Executivo TJ n. 3569/2012</u>	Digitalização de processos judiciais, administrativos e outros documentos arquivados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – DEGEA, para fins de troca de suporte ou preservação.

2011

<u>Aviso Conjunto TJ/CGJ n. 01/2011</u>	Fiscalização, pelo Magistrado, da correta classificação por classes e assuntos dos processos e procedimentos judiciais de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário.
<u>Provimento CGJ n. 53/2011</u>	Fica vedada a formação de livros e pastas não obrigatórios constituídos através da impressão de dados constantes no sistema informatizado DCP, tais como Livro Tombo e pasta de estatística, sob pena de responsabilidade funcional.
<u>Provimento CGJ n. 59/2011</u>	Alteração das normas sobre arquivamento especial.

2010

<u>Ato Executivo TJ n. 4364/2010</u>	Eliminação de processos judiciais de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) e a publicação de editais.
<u>Ato Executivo TJ n. 4363/2010</u>	Eliminação de processos julgados sem resolução do mérito, com baixa no registro de distribuição - Meta nº 2 do CNJ.
<u>Resolução TJ/OE n. 26/2010</u>	Exceções, relativa à baixa, para arquivamento dos processos cíveis.
<u>Resolução TJ/OE n. 27/2010</u>	Arquivamento definitivo dos processos de competência orfanológica.
<u>Ato Normativo TJ n. 30/2010</u>	Normas para o trâmite do Processo Judicial Eletrônico - PJE na Segunda Instância Criminal.

2009

<u>Ato Executivo TJ n. 1658/2009</u>	Instituição do Grupo de Apoio ao Processamento do Arquivo – GAPA.
<u>Aviso TJ n. 27/2009</u>	Avisa que devem ser observados com rigor os critérios de classificação dos feitos judiciais em tramitação, de acordo com o que determina a Resolução CNJ nº 46, de 18 de dezembro de 2007, ante aos impactos trazidos aos relatórios estatísticos e a gestão de documentos do PJERJ.
<u>Ato Normativo TJ n. 14/2009</u>	Requisitos sobre o arquivamento especial.
<u>Ato Normativo TJ n. 15/2009</u>	Julgamento dos processos arquivados provisoriamente sem sentenças - Meta nº 2 do CNJ.
<u>Ato Normativo TJ n. 18/2009</u>	Desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente – Meta nº 2 do CNJ.

<u>Ato Executivo TJ n.</u>	Eliminação dos autos processuais dos Juizados
<u>Ato Executivo TJ n. 5296/2009</u>	Gestão de documentos nos serviços notariais e de registro do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Resolução TJ/OE n. 16/2009</u>	Implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

2008

<u>Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 42/2008</u>	Constituição do Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Ato Normativo TJ nº 10/2008</u>	Implantação das Tabelas Processuais Unificadas na Segunda Instância do Poder Judiciário.
<u>Provimento CGJ nº 21/2008</u>	Criação da rotina de pré-cadastramento de petição inicial a ser utilizada exclusivamente por advogados com inscrição regular na OAB.
<u>Ato Executivo TJ nº 4120/2008</u>	Designação de representantes do Tribunal de Justiça no Conselho Estadual de Arquivos – CONEARQ.
<u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2008</u>	Implantação das Tabelas Processuais Unificadas na Primeira Instância do Poder Judiciário.

2007

<u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2007</u>	Critérios para amostragem e aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) aos processos judiciais e documentos administrativos.
<u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2007</u>	Padronização da Tabela de Tipos de Assuntos do Sistema de Protocolo Administrativo (PROT) de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD).
<u>Aviso CGJ nº 64/2007</u>	Suspensão do Provimento nº 51/2001 que disciplinava sobre a remessa ao arquivo dos autos paralisados por mais de 30 dias.
<u>Ato Executivo TJ nº 1484/2007</u>	Instituição do grupo de trabalho para concluir os estudos sobre a implementação do Centro de Digitalização.

<p><u>Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 124/2007</u></p>	<p>Processos judiciais de competência cível, arquivados provisoriamente, serão, movimentados para a Unidade Especial de Processamento do Arquivo no Arquivo Central, para cumprimento da Resolução nº 22/2006.</p>
<p><u>Resolução TJ/OE nº 19/2007</u></p>	<p>Transferência do acervo dos procedimentos sigilosos findos para o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos.</p>

2006

<p><u>Portaria TJ/DGCON nº 2/2006</u></p>	<p>Criação do Grupo de Trabalho para a Pesquisa da Proveniência do Acervo Documental.</p>
<p><u>Resolução TJ/OE nº 22/2006</u></p>	<p>Regula o arquivamento definitivo dos processos cíveis.</p>
<p><u>Portaria DGCON nº 3/2006</u></p>	<p>Criação do Grupo de Trabalho para o estudo das questões relacionadas à preservação dos documentos anteriores a 1940.</p>

2005

<p><u>Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 11/2005</u></p>	<p>Inclusão do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos no processo de Certificação NBR ISO 9001:2000.</p>
<p><u>Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 23/2005</u></p>	<p>Unificação das Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPAD).</p>
<p><u>Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 7/2005</u></p>	<p>Automação do Arquivo Central de São Cristóvão. Utilização de um novo sistema informatizado - Sistema ARQGER.</p>
<p><u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2005</u></p>	<p>Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 180 dias da data do arquivamento definitivo.</p>
<p><u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2005</u></p>	<p>Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis, que já se encontravam sob a guarda do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos antes da edição do Ato Normativo nº 01/2005, serão</p>

	eliminados após o prazo de 180 dias da data da publicação do presente ato.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 12/2005	Disciplina a informação, às partes interessadas, sobre a eliminação de autos de processos judiciais findos.

2004

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2004	Atualização do Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCD).
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2/2004	Atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD).
Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 2/2004	Obrigatoriedade da utilização, para arquivamento, de caixas-arquivo de tamanho padrão.
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2004	Extinção do procedimento “Devolução ao maço” para os autos processuais judiciais e administrativos que retornam ao DEGEA.
Resolução CGJ nº 10/2004	Alteração da norma sobre o arquivamento provisório de autos paralisados há mais de 30 dias
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 6/2004	Padronização do modelo de etiqueta autoadesiva para identificação das caixas-arquivo.
Resolução TJ/OE nº 16/2004	Denominação dos prédios do Complexo do Arquivo Central.

2003

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2003	Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCD).
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2/2003	Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD).
Ato Executivo TJ nº 4/2003	Denominação do Arquivo Judiciário da Região dos Lagos alterada para Unidade Regional do Departamento Geral de Arquivo – Rio Bonito.
Ato Executivo TJ nº 2493/2003	Criação da Unidade Regional do Departamento Geral de Arquivo - Itaipava

<u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2003</u>	Padronização do modelo de etiqueta autoadesiva para identificação das caixas-arquivo.
--	---

2002

<u>Ato Executivo TJ nº 1157/2002</u>	Comarcas atendidas pelo Arquivo Judiciário da Região dos Lagos, sediado na Comarca de Rio Bonito.
--	---

2001

<u>Ato Executivo TJ nº 18/2001</u>	Alteração na denominação do departamento para Departamento Geral de Arquivo.
<u>Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 16/2001</u>	Modernização do Arquivo Judiciário Estadual – instalação em prédio próprio do Poder Judiciário e catalogação dos processos no sistema informatizado.
<u>Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 30/2001</u>	Instituição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) - Atividade Fim
<u>Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 31/2001</u>	Instituição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) - Atividade Meio
<u>Provimento CGJ nº 51/2001</u>	Norma sobre o arquivamento provisório de autos paralisados há mais de 30 dias.

1997

<u>Ato Normativo TJ nº 14/1997</u>	Nova Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
--	---

1995

<u>Ato Normativo TJ nº 14/1995</u>	Alteração na Tabela de Temporalidade instituída pelo Ato Normativo nº 11/1991.
--	--

1994

[Provimento CGJ nº
5/1994](#)

Fixa prazos para retenção de documentos eventuais e transitórios.

1991

[Ato Normativo TJ nº
11/1991](#)

Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

1977

[Ato Normativo TJ nº
2/1977](#)

Microfilmagem dos livros findos e arquivados pelas serventias judiciárias da Comarca da Capital.

[Ato Normativo TJ nº
4/1977](#)

Normas para microfilmagem dos livros findos e arquivados pelas serventias judiciárias da Comarca da Capital, bem como de quaisquer documentos originários das Secretarias do Tribunal de Justiça, da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho da Magistratura.